

**Curso/Disciplina:** Direito Penal – Parte Especial

**Aula:** Crimes Contra a Administração Pública – Parte I - 54

**Professor(a):** Marcelo Uzêda

**Monitor(a):** Nairim Machado Palma

## Aula nº. 54

### CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

#### CRIMES FUNCIONAIS

CONCEITO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIIS: art. 327, CP

Funcionário público

Art. 327 - **Considera-se funcionário público**, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, **exerce** cargo, emprego ou função pública. (Administração pública direta)

§ 1º - **Equipara-se a funcionário público** quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa (PJ) prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000) (administração pública indireta. Essa distinção entre o caput e o §1º não tem importância para o direito administrativo, mas para o direito penal em análise sim.)

Importante ressaltar nesse parágrafo que não diz respeito a qualquer atividade, tem que ser atividade típica da administração. Ex.: saúde. Poder de polícia. Atividade de segurança, etc.

§ 2º - A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)

A doutrina classifica os crimes funcionais em duas categorias, os crimes funcionais próprios e os impróprios.

Nos CRIMES FUNCIONAIS PRÓPRIOS, temos um bem jurídico que é exclusivo da administração, por exemplo, o crime de prevaricação, que ofende a publicidade, impessoalidade (319); o interesse em questão é inerente a administração pública, é exclusivo e por regra o autor tem que ser um funcionário público. Não haveria a possibilidade de um particular responde por um crime funcional próprio.

Nos CRIMES FUNCIONAIS IMPRÓPRIOS, temos a violação de um bem jurídico que é importante à administração pública, mas não lhe é exclusivo. Por exemplo, peculato, apropriação, desvio, furto, o bem jurídico violado é o patrimônio da administração ou o patrimônio do particular ali vinculado à administração. Permite-se que um particular concorra para a prática do delito.

#### PECULATO

Art. 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: -PECULATO PRÓPRIO. A característica essencial é que o funcionário público, autor do fato, tenha posse em razão do cargo. E essa posse tem que se desvigiada.

Pena - reclusão, de dois a doze anos, e multa.

§ 1º - Aplica-se a mesma pena, se o funcionário público, embora não tendo a posse do dinheiro, valor ou bem, o subtrai, ou concorre para que seja subtraído, em proveito próprio ou alheio, valendo-se de facilidade que lhe proporciona a qualidade de funcionário. – **PECULATO FURTO – PECULATO IMPRÓPRIO**. Nesse caso o funcionário público não tem a posse desvigiada.